

Matemáticos e Poder (1772-1823) ¹

João Brigola

“Que ideia pode fazer o povo de alguns homens formados em Matemática? Que ideia podem fazer dos seus conhecimentos, ou de outros desta natureza? Apesar disso vieram para aqui esses homens formados e parece-me que não se tem dado mal com eles. Diz-se que para ser deputado e bom deputado é necessário ser um homem de virtude e bom senso; se acrescentarmos a isto o saber é muito bom, exceto se o saber deita fora a virtude; exceto se os homens rústicos tiverem mais virtude que os homens sábios”

Francisco Simões Margiochi, *Diario das Cortes*

1. Ao eclodir a revolução de 24 de Agosto de 1820, a Universidade de Coimbra vivia ainda sob o signo de Pombal. A ‘viradeira’ não desvitalizara os seus traços distintivos. Como instância primeira de reprodução e invenção social do saber, pelo apetrechamento teórico e técnico-científico de uma burocracia laica e eclesiástica, cumpria os objetivos do Poder – a construção do Estado Moderno.

A fundação das faculdades de Matemática e de Filosofia Natural tinha coroado o newtonismo dominante e culminado a máxima extensão no território científico europeu: *“Peu a peu, le mouvement scientifique et expérimentel atteint tous les pays. (...) La création de nouvelles chaires à Coimbre, après les reformes pombaliennes (1772-1777), achève l’époque d’expansion; le newtonisme, avec tout ce qui en découle, est définitivement acquis”*².

A matematização das ciências, a crença no progresso ilimitado da razão aplicada, a euforia persuasiva desta nova ‘metafísica’ (quase uma taumaturgia) investiam os seus atores – os sábios e os quadros de formação matemática – de uma relevância social de tipo novo; e a aquisição de um grau académico, em período de grandes mutações,

¹ [adaptado de *Ciência e Política. Do pombalismo ao liberalismo. Francisco Simões Margiochi. (Policopiado. Tese de mestrado em História Cultural e Política) Lisboa, FCSH/UNL, 1990]*

² Stenphen D’Irsay, *Histoire des universités françaises et étrangères (du XVe siècle a 1860)*, 1935, t. II, p. 112

tornava-se o meio privilegiado de promoção social, oferecendo às diferentes elites, de extração aristocrática ou burguesa, vantagens diferenciais.

No período considerado – da reforma pombalina ao primeiro liberalismo – as vias promocionais dos formados pela novel Faculdade de Matemática esgotavam-se no exercício da carreira docente ou das armas. Outras funções técnicas, previstas nos *Estatutos* e legisladas em período posterior, esbarravam na inércia das instituições.

A continuidade dos estudos universitários e a aquisição dos graus de licenciado e de doutor asseguravam a reprodução geracional do magistério e legitimavam a autoridade científica pela criação de um autêntico escol de matemáticos, cuja genealogia intelectual remontava aos fundadores: José Anastácio da Cunha e José Monteiro da Rocha.

2. A parte que nos *Estatutos* toca aos estudos matemáticos tem sido, no correr dos tempos, objeto de críticas e de reparos. Em causa, nas posições que coligimos, a lógica interna do discurso científico em íntima conexão com os resultados que a conceção pombalina declaradamente visava: a confiança no papel das ciências – as exatas e as naturais, as da observação e da experiência, sobretudo, ainda que não exclusivamente, na felicidade dos povos e no engrandecimento das nações.

A ‘redenção’ criadora que as Luzes introduzem no território universitário não há-de ser desligada do verdadeiro desiderato do Estado absoluto. À instituição pedagógica passava a ser pedida uma contribuição própria, mais ampla, para a reprodução da estrutura das relações entre as várias forças sociais. “*Foi uma acção à medida do que, no quadro de uma estratégia política global, se visava: uma reconversão dos meios clássicos de formação da classe dirigente, capaz de responder às exigências colocadas pelas transformações que a nível económico e social se iam verificando, constituindo um desafio a que, pelo menos, uma das fracções da nobreza integrando o bloco no poder se dispunha a dar resposta*”³

À geração intelectual que, pelos anos oitenta e noventa, cuidou de obter desenvolvimentos mentais mais libertos de preconceitos, que as práticas reducionistas do corporativismo universitário e os controlos censórios do Estado contrariavam, coube

³ Maria Eduarda Cruzeiro, “A reforma pombalina na história da universidade”, p.187

o empenhamento no desenho de outros ‘lugares da ciência’: as academias militares e a Academia das Ciências. Foi o caso, entre outros, de António Ribeiro dos Santos.

A polémica do *Novo Código* (1789) revelou no pensamento deste canonista – na linha de um Iluminismo de compromisso – a ênfase da promoção científica, consignando-o num projeto pedagógico valorativo das ciências físicas e matemáticas: “*Em todos os reinos, maiormente nos impérios agricultores, comerciantes, marítimos e com domínios e possessões remotos, como o nosso, é necessário excitar os homens ao estudo das ciências naturais, que são as que mais servem para a agricultura e indústrias nacionais, para as artes domésticas, para o comércio e navegação, para a mineralogia das colónias, e para a riqueza, sustentação e forças públicas do Estado, coisas que se não podem conseguir nem pela ciência teológica, nem pela ciência jurídica. É uma regra certa e reconhecida hoje dos políticos, que, na situação atual das nações, não pode haver nem grandes forças, nem verdadeira opulência naquele Estado em que se não trabalhar bem na física e na economia*”⁴

Trata-se, afinal, de constatar uma ação falhada no que respeita ao programa pombalino. As determinações entusiásticas e mesmo cominatórias dos *Estatutos* tinham emperrado nos múltiplos obstáculos que o *Reino da Estupidez* (1784) e o *Palito Métrico* (1788) sabiamente fixaram. O deputado da Junta de Revisão e Censura do Novo Código colou-se a uma leitura corrigida do pombalismo, agindo pela frincha de um arranjo parcelar do direito público vigente e dele recuperando a potenciação do papel da educação e das ciências nas reformas estruturais da sociedade portuguesa.

Outro confrade académico do celebrado bibliotecário-mor, o matemático e poeta Garção-Stockler, buscou nos serviços de instrução e difusão marianos e joaninos a “*extensão conveniente e proporcionada aos benefícios que a nação Portuguesa pode tirar de tão importantes ciências. (...) sábias providências, frutos assaz evidentes de uma política alumiada pelas luzes da mais sã filosofia e dirigida pelos verdadeiros sentimentos de bem público*”⁵. Permeável aos ensinamentos do modelo politécnico da Convenção francesa (em anos anteriores a radical revisão ideológica que experimentou depois) cometeu a suprema heresia de imaginar uma polifonia se estudos superiores,

⁴ António Ribeiro dos Santos, *Notas ao Plano de Melo Freire*, XXIX, ‘Sciencias’, p. 46, apud José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal em Portugal no séc. XVIII. António Ribeiro dos Santos*, p. 282

⁵ Francisco de Borja Garção-Stockler, *Ensaio histórico sobre a origem e progressos das mathematicas em Portugal*, pp. 68-73.

executados em diversificados naipes de academias, dispensando a batuta de uma maestrina obsoleta – a Universidade coimbrã.

Ainda nas vésperas da revolução liberal (a que não quis aderir, mas que um dia sonhou para Portugal pela mediatização napoleónica), é possível haurir das últimas páginas do *Ensaio histórico* a coerência de um pensamento pedagógico; que não denega, mas lhe aponta limitações, como no passo seguinte: “*Nos admiráveis Estatutos, que contêm o plano daquela memorável reforma, sim se reconhece que as matemáticas são um subsídio indispensável, ou verdadeiramente o principal fundamento de muitas outras ciências, e de quase todas as artes; mas excetuando os primeiros elementos de Aritmética e Geometria, que ali se consideraram como um preparatório indispensável para todas as faculdades; por isso que constituem uma série de verdades, a mais capaz de habituar o entendimento humano a conhecer a evidência, e a discorrer com ordem; excetuando, torno a dizer, estes primeiros elementos, os sobreditos Estatutos não fazem servir as Matemáticas a outra alguma ciência mais do que à Medicina*”⁶.

3. Modificações funcionais e institucionais alteraram o quadro pombalino. A ‘ilustração’ pedagógica mariana e da regência joanina abrindo-se ao modelo politécnico introduziu inovações sistémicas e provocou novas exigências. A ‘Universidade que Deus guarde’, secularmente *prima sine paribus*, confrontou-se com a criação das Academia Real de Marinha (1779); Academia Real dos Guardas-Marinhas (1782); Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho (1790) e Academia de Marinha e Comércio da cidade do Porto (1803). Operou-se, assim, uma dupla descentração – geográfica e pedagógica.

Novas escolas de matemáticas puras e aplicadas induziram à renovação curricular e à habilitação de novos docentes. A elevada frequência estudantil, de prevalência militar, ‘democratizou’ o acesso à cultura matemática na sua dimensão operativa – arquitetura militar, engenharia naval e civil, pilotagem, cartografia, estatística, geodesia e meteorologia. A massificação do sucesso ofereceu um reverso, por vezes brutal, aos padrões de ‘mortalidade’ coimbrã e subverteu a elitização meritocrática. Será também por este viés, a par das explicações político ideológicas e sócio institucionais, que se terá de enquadrar a insurgência universitária contra a criação de um Instituto superior de

⁶ *Idem, ibidem*, p. 68.

Ciências Físicas e Matemáticas (1835) e a demarcação crítica face às Escolas Politécnicas (1837).

Focos de perturbação, com origem na partilha ou disputa da consagração intelectual dos seus membros, registam-se igualmente na edificação de duas sociedades científicas lisboetas – a Academia Real das Ciências (1779) e a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1798)

De todo o modo, não é legítimo exagerar nas conflitualidades, diminuindo as confluências. A Universidade participou globalmente, por mediação dos professores mais progressivos, originários quase sempre das faculdades naturais, na emergência de um *corpus* de pensamento que, na pragmatização da ‘arte de manter e governar os povos’, encontrou uma missão demiúrgica.

A sociabilidade científica criou um meio científico, de cuja existência entre nós não se pode hoje duvidar que se cimentou pela bissetriz metodológica, atenta a impossibilidade ontológica ou até ideológica. O influxo das influências estrangeiras e estrangeiradas, o periodismo científico e a epistolografia, as viagens de reconhecimento do *topos* e da *physis* nacionais e a capacidade de publicação impressa estruturaram a comunidade científica portuguesa; fortaleceram-na e justificaram-na nas relações com o Poder, melhor, com os poderes.

Se não é fiável que, nos homens, se condicionem as ruturas da instância política às ruturas do domínio mental (filosóficas ou científicas) parece, contudo, inquestionável que alguns dos agentes mais lúcidos das reformas institucionais e das inovações científicas, no quadro do Estado absolutista, evoluíram ‘numa variante mais radical [traduzindo] posições de recusa global e de proposta de uma nova ordem por meios revolucionários’.

Foi desta legibilidade que se partiu para a interrogação do destino político das sucessivas gerações de graduados em Matemática. Qual o grau de arregimentação que se verificou no primeiro parlamento liberal? Quantos deputados vintistas ostentariam, nos currículos, a formatura matemática pela Universidade de Coimbra?

A sondagem revelou um núcleo suficientemente alargado para, por si só, merecer algumas linhas de reflexão.

4. Do cruzamento de fontes foi possível estabelecer a existência de quinze deputados vintistas formados em Matemática, pela Universidade de Coimbra. Dito assim não é, em si mesmo, dado histórico de particular relevo. Muitos mais seriam os bacharéis legistas e canonistas. Tem-se mesmo atribuído à hegemonia destes, a feição teórico- jurídica do triénio constitucional – pelo que, a virulência do restauracionismo absolutista teria sido proporcional, na exata medida, ao radicalismo voluntarista da teoria política liberal. Ser exclusivamente imputável à formação intelectual dos seus mais esclarecidos líderes o falhanço do nosso primeiro ensaio constitucional é questão que, pelo simplismo da tese, julgamos de operacionalidade histórica duvidosa. Propomos um outro caminho. Não nos embrenharemos nos contornos ideológicos subjacentes às preferências políticas das diversas fações em confronto, no Congresso. Menos ainda no significado explícito ou oculto das suas opções económico-sociais. E não acreditamos que haja determinação transparente e encadeada entre tipologia social, formação mental e posicionamento ideológico. Isto é: a nosso ver, o mundo das ideias adquire uma autonomia própria, cuja genealogia nem sempre é passível de ser encontrada nas bases existenciais dos seus atores, tomadas em abstrato, sem situação contextual.

Não foi como matemáticos, enquanto tal, que o núcleo de quinze deputados se apresentou no palco da representação política. No limite, poderíamos até defender que tal grupo nunca existiu. É filho exclusivo da nossa vontade. Seccionámo-lo da totalidade, de que foi parte integrante, para servir aos nossos propósitos pré-concebidos.

A frequência dos cursos matemático e filosófico, novidade revolucionária do projeto pedagógico pombalino, pela relevância social com que impregnou duas instituições já de si sacralizadas, a docência de estudos superiores e a carreira militar, proporcionou a aquisição de um prestígio que a eleição para o Parlamento apenas consagrou. Tentativas de encontrar uma axiologia comum poderão ser artificiosas.

A identidade dos membros deste núcleo não lhes foi transmitida por uma unívoca origem regional, social ou geracional; pelo uso de uma linguagem científica que informasse o léxico das falas ou por posições políticas concertadas. Será mais prudente traçar o eixo distintivo destes deputados, face aos demais, nos comuns percursos de formação, profissionalização e consagração.

A mobilidade social pressupõe o investimento de um capital de reputação acumulado (social, económico ou cultural) e uso conforme de estratégias de valorização; foi por esta bissetriz que os nossos deputados matemáticos se tocaram. Habitando os mesmos lugares da ciência – universidade, academias militares, sociedades científicas e Academia das Ciências – coabitavam um universo social tendencialmente nivelado; palmilhando as ruas e as travessas de aceso à Livraria das Necessidades, reencontravam-se numa circularidade convivial que o fascínio pelo Poder, providencialmente, reforçava.

Enquanto membros de uma vasta comunidade de cientistas comungariam, não é arriscado supô-lo, da mesma pretensão à neutralidade e objetividades discursivas e reivindicariam princípios orientadores na seleção dos sistemas de explicação. A relação entre esta metalinguagem – universal entre os epígonos da matriz disciplinar aceite – e as opções político-ideológicas, tomadas individualmente, pode ser multimoda. A adesão a ruturas epistemológicas e culturais nem sempre significa igual grau de abertura a novos horizontes em choque com o império dos factos sociais dominantes. Podem ser, por isso mesmo, desfiados tantos exemplos de matemáticos comprometidos (até aos supremos sacrifícios do exílio e da morte) com o ideário liberal, quantos os que permaneceram nos quadros doutrinários do Antigo Regime.

Noutro prisma, a formulação kantiana do *Conflito de Faculdades* tem sido fecundamente utilizada na explicação de afrontamentos mentais que opuseram, na formação social em análise, concepções culturais, sistemas de desenvolvimento e estatutos de prestígio. Os matemáticos, tanto da área liberal como da tradicionalista, institucionalmente vinculados aos valores imersos nas faculdades naturais terão sido, globalmente, importunados pelo *Tratado de aliança ofensiva e defensiva, celebrado pelas faculdades de Canones, leis e Theologia*, sátira de não desprezível significado⁷.

O que fica por estabelecer – e essa é uma questão outra – é se o racionalismo demonstrativo que, metodologicamente, irmanou numa análoga *forma mentis* cultores de tão diversas áreas do saber, não terá feito da Matemática uma escatologia pronta a ser usada nas ciências políticas, e dos matemáticos, *ipso facto*, ‘confidentes da Providência’: “*Y ponendo en comparación la concordia que reinaba en el campo de las*

⁷ Trata-se de uma interessante e significativa sátira, de origem estudantil, publicada no jornal coimbrão *Minerva Constitucional*, nº 4, 15.3. 1823, pp. 148-150.

*disciplinas matemáticas, con el reino de la discordia sin trégua, de los juristas y de los escritores políticos, sostiene [Thomas Hobbes] que las peores calamidades que sufre la humanidad serían eliminadas ‘si se conociesen con igual certeza las reglas de las acciones humanas como se conocen las de dimensiones en las figuras’*⁸.

5. Com vista à abordagem que nos trouxe junto dos deputados de formação matemática – feita a prévia elucidação das dúvidas e perplexidades que transportamos - propomos dois critérios de arrumação: a geracional e a profissional.

No tempo alargado, de perto de quarenta anos, que decorre entre a formação dos primeiros bacharéis e o ano charneira de 1820, é possível assinalar dois marcos temporais – o doutoramento de José Joaquim de Faria, em 1782, e o bacharelato de João Pereira da Silva sousa e Menezes, em 1818. Sem atender às desencontradas definições do que seja, na realidade, uma geração, julgamos perceber empiricamente, o desenho de três estratos de contemporaneidade na academia coimbrã. Assim: 1. Durante os anos oitenta e primeiros de noventa: José Joaquim de Faria (1782); Manoel Ignacio Martins Pamplona Corte Real (1785); Francisco de Paula Travassos (1787); Vicente António da Silva Correia (1790) e Manoel Paes de Sande e Castro (1791); 2. daqui, ao fim do século: Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Póvoas (1796); Francisco Villela Barbosa (1796); Francisco Simões Margiochi (1798) e Francisco Xavier Monteiro de Barros (1800); 3. dos primeiros Oitocentos às vésperas da Revolução: Manoel Gonçalves de Miranda (1804); Rodrigo José Ferreira da Costa (1804); Roberto Luiz de Mesquita Pimentel (1805); António Maria Osório Cabral (1806); Agostinho José Freire (1807) e João Pereira da Silva Sousa e Menezes (1818).

Foi desequilibrada a quantidade e a qualidade do empenhamento deste núcleo no Parlamento vintista. Circunstâncias de índole vária, a que não será estranha a diferença de idades, poderão estar na sua origem. Na verdade, os deputados do segundo e terceiro subconjuntos denotaram, em geral, participação de maior relevo. No primeiro, José Joaquim de Faria, alegando razões de saúde, cedo abandonou os trabalhos; Pamplona Corte Real Não se integrou desde o início e arrastava o labéu de ‘francesismo’; Sande e

7 Thomas Hobbes, *Epistola dedicatória del ‘De cive’, apud Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero, Sociedad y Estado en la filosofía política moderna. El modelo iusnaturalista y el modelo hegeliano-marxiano*, p.25.

Castro recusou jurar a Constituição; Silva Correia foi ‘regular nas votações nominais e no resto nulo ou, pelo menos, quase nulo’.

Francisco de Paula Travassos, em confronto com os primeiros, chegou à deputação senhor de um invejável *curriculum*: prestigiado professor e secretário da congregação de Matemática, muda-se, nos finais de Setecentos, para a Academia Real de Marinha, a convite de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Travassos fez, verdadeiramente, a ponte entre a sua geração e a que se lhe segue: foi professor de todos eles; conseguiu que Margiochi e Villela Barbosa o acompanhassem como docentes nos lugares da academia lisboeta; sócio fundador e secretário da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica, nela introduziu Margiochi, Villela Barbosa e Rodrigo Ferreira da Costa; sócio efetivo e diretor de classe da Academia Real das Ciências foi confrade dos mesmos deputados e de Manoel Gonçalves de Miranda.

A exemplaridade desta relação – pedagógica, científica e política – torna-a esclarecedora dos modos e das vias de coesão forjados no meio científico português; a Universidade pós pombalina era, por excelência, o território fundador da legitimidade profissional; o ritual de passagem encartava os seus membros com o mais precioso dos bens intelectuais, seduzindo-os ao investimento futuro; cumplicidades e apoios entre as personalidades mais ilustradas da classe dirigente faziam parte do roteiro promocional; cumpria-se, de seguida, outro ritual: o da entrada em instituições científicas. Nelas, a sociabilidade interpares complementava-se, sem ser subvertida, com outro fenómeno – a proximidade do Poder.

A dúplice interferência dos estatutos magistral e militar, entre os matemáticos, - ocorre em seis dos quinze deputados – sublinhava a sacralidade institucional da Universidade e do Exército e proporcionava aos professores-militares a capitalização de prestígio profissional, entre os numerosos alunos, futuros quadros médios e superiores da hierarquia militar e técnicos civis.

Não deixa, por outro lado, de aparentar fecundo significado a situação profissional dos deputados considerados. A Universidade contribuiu apenas com dois membros: José Joaquim de Faria, lente jubilado e decano da Faculdade de Matemática e Sousa e Menezes, demonstrador de Metalurgia na Faculdade de Filosofia.

A Academia de Marinha apresentou, por seu turno, uma particularidade notável – a maioria do quadro docente foi eleita para o Congresso: Travassos, Barbosa, Margiochi e Ferreira da Costa.

Sila Correia, que foi durante largos anos lente de Matemática em Coimbra, era ao tempo da eleição tenente-coronel de engenheiros e professor da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho; Mesquita Pimentel exercia funções docentes na escola militar de Angra do Heroísmo, criada em 1779.

Oito professores, portanto, dois dos quais do nível ‘superior’ e seis do ensino ‘técnico-profissional’. A carreira das armas, sem exercício de docência, produziu cinco deputados formados em Matemática: Pamplona Corte Real: Coutinho e Póvoas; Gonçalves de Miranda; Osório Cabral e Agostinho José Freire.

Apenas dois deputados se não integraram, por motivos distintos, na padronização profissional delineada: Sande e Castro, tanto quanto foi possível saber, ter-se-á dedicado integralmente à condição de proprietário fundiário (e como tal é classificado nas listas de deputados); Monteiro de Barros foi cosmógrafo da comarca de Santarém mas, depois de preterido por Villela Barbosa no lugar de lente da Academia de Marinha, acabou por gerir os conhecimentos técnicos noutra área – a de curador financeiro de uma família endinheirada.

A já assinalada ambivalência do *status* sócio profissional dos ‘engenheiros adidos’, em funções docentes, poderia impelir-nos para outra taxionomia classificativa – a condição militar da maioria deste núcleo. Embora tentados a utilizar tão funcional quanto sugestiva concetualização, julgamos mais rigoroso acentuar o matiz técnico-científico do magistério das academias. De todo o modo, não nos podemos alhear de um condicionalismo estruturante, emanação da monarquia absoluta e do seu império – o espírito de casta, sedimentado pela consciência dos saberes e dos poderes da força armada. Porque sendo certo que “*o grosso dos militares (...) não aprecia aberto às exigências do espírito, nem consciente das necessidades da ilustração há, no entanto, uma minoria que as interpreta e há, sobretudo, um conjunto de medidas que, dizendo-lhes respeito, confere coesão e importância à classe castrense, pois reforça-lhe a*

fisionomia e a homogeneidade social que a preparação crescentemente pedida aos oficiais tempera”⁹.

6. Longe de se constituir em caso atípico, isolado da fenomenologia global revelada, a eleição de Francisco Simões Margiochi como deputado vintista ganha, nesta perspectiva, esclarecedores contornos. Encontro não fortuito de múltiplas confluências, a massiva votação do colégio eleitoral da província da estremadura no ‘Lente de Mathematica’ terá sido um gesto carregado de densa historicidade. A ausência de tradição eleitoral e de suporte ‘partidário’ e o sufrágio indireto (por força dos compromissos pós revolucionários, imitado da Constituição de Cádiz) reforçam a importância do primeiro lugar obtido pelo major de engenheiros, entre vinte e quatro efetivos e oito suplentes. O que estudos qualificados sobre personalidades vintistas têm vincado - a votação para o Parlamento correspondia, globalmente, a uma imagem de notoriedade e de prestígio, alcançados mais pela via da qualidade de serviços prestados à comunidade do que pelo relevo de posições sociais herdadas – parece repetir-se no caso de Margiochi.

O deputado podia ostentar uma reputação que mergulhava no passado distante e informava o presente: a heroicidade evidenciada na cabala coimbrã¹⁰; a exceção intelectual do aluno; a ressonância prestigiante do perfil científico e pedagógico do docente da Academia de Marinha, cujos ecos chegam a motivar os representantes do Poder a seguir-lhe o magistério e repercutem, ainda, nas gerações de alunos posteriores à saída para funções públicas; a marca indelével que terá projetado em tantíssimos soldados e civis, atentos às revelações da ciência transmitidas pelos novos saberes, moldando-lhes capacidade de adaptação no trânsito da ilustração ao liberalismo e, finalmente, a decisiva participação, em momentos cruciais, nos eventos revolucionários de Vinte: a reunião conspiratória da adesão lisboeta e o esvaziamento da crispação castrense, pela ação da comissão de promoções.

Se alargarmos este enfoque ao núcleo mais vasto dos eleitos formados na atmosfera científica das faculdades naturais, os resultados da sondagem apontam para um terço do total – oito efetivos e três suplentes. A Margiochi (64 votos); Travassos (56); Xavier

8 Luís A. de Oliveira Ramos, “Projecções do reformismo pombalino”, in *Sob o signo das luzes*, p. 20

9 A 10 de julho de 1797, Margiochi foi preso em Coimbra por ordem do Intendente da Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique. Foi libertado somente ao fim de nove meses e meio.

Monteiro (48); Póvoas (40) e Freire (37) haveria, portanto, que juntar os médicos Francisco Soares Franco (33 votos) e Henrique Xavier Baeta (30) e o naturalista Félix de Avelar Brotero (50). Entre os suplentes, registamos um matemático, Ferreira da Costa; um ‘coronel graduado da brigada da marinha e inspetor da cordoaria’ formado pela Academia Real dos Guardas-Marinhas, Marino Miguel Franzini e o médico Francisco Xavier de Almeida Pimenta.

Durante a segunda legislatura, sendo certo que o núcleo de ‘matemáticos’ se reduziu substancialmente, é ainda possível, aceitando-se os desenvolvimentos concetuais do *Conflito de Faculdades*, ilustrar análogo fenómeno: a maioria absoluta dos eleitos pela divisão eleitoral de Lisboa não proveio das Faculdades positivas. Assim, dos nove deputados, cinco são ‘matemáticos’ – Agostinho José Freire, Xavier Monteiro, Simões Margiochi, Paula Travassos e António Pretextato de Pina e Mello; um é médico, Soares Franco. Do outro ‘campo’, dois ilustres vintistas e um futuro barão completam a opção lisboeta: Manoel Borges Carneiro, João Maria de Soares Castello Branco e Francisco António de Campos.

7. Estando para lá dos limites que impusemos a este texto o desenho dos posteriores trajetos de intervenção político-cultural dos deputados de formação científica, não deixaremos de reafirmar a importância de uma análise que valorize as ruturas mentais operadas pelo pombalismo e projetadas no mais fundo da sociedade portuguesa. “*Os estatutos moldaram gerações sucessivas de omnímodas formas, dentro e fora da Universidade. Por isso, é ou não de considerar que o cunho (...) da reforma marcou os estudantes que frequentaram as Faculdades e o próprio panorama do pensamento em Portugal*”¹¹.

Os ‘cientistas’ (e os ‘matemáticos’, em particular) comungaram dos valores desta nova cultura que aspirava a investir o Poder de uma nova *aretê*, nascida do divórcio entre Ciência e Filosofia. Deste modo, a sintomática eleição de tão amplo, porquanto minoritário núcleo de deputados explicar-se-á, a nosso ver, pelo estatuto de prestígio transmitido pelo exercício do discurso da competência técnica e pela crença contagiosa no mais antigo aforismo do pensamento político: o conhecimento é algo que deve

10 Luís A. de Oliveira Ramos, “Projeções do reformismo pombalino”, in *Sob o signo das luzes*, pp.23-24.

iluminar e guiar o exercício do poder – a sua conjugação deve produzir um melhor, se não o melhor, governo da sociedade. O idealismo platónico subjaz, ao menos enquanto formulação do ideário ‘ilustrado’, como referencial, já que bastará “*que os filósofos se tornem reis para que aqueles a quem atualmente se chama reis ou governantes venham a tornar-se filósofos autênticos e competentes*”¹²

FONTES E OBRAS DE CONSULTA

I

FONTES MANUSCRITAS

1. Arquivo da Universidade de Coimbra

Livro de Matrículas, nºs 11-47, 1784-1819.

Assento dos Exames dos Estudantes do Curso Matemático, nºs 1-5, 1773-1820; 1835-36; 1838-39.

Assentos dos Exames dos Estudantes do Curso de Filosofia, 1793-94 a 1797-98.

2. Arquivo Geral da Marinha

Academia Real de Marinha, C.3, 1801-1834; C. 4, 1835-1843.

Academia Real de Marinha. Lentas. Processo individual de Francisco Simões Margiochi, C. 5, 186-1833.

II

FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE CONSULTA

¹¹ Platão, *A República*.

Abreu, José Maria de – *Legislação académica (1772-1850)*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1894

Actas das congregações da faculdade de filosofia (1772-1820), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1978

Actas das congregações da faculdade de matemática (1772-1820), 2 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1978

Aguilar Piñal, Francisco – *La universidad de Sevilla en el siglo XVIII. Estudio sobre la primera reforma universitária moderna*, Sevilha, Publicaciones de la Universidad, 1969

Albuquerque, António Tavares – *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes geraes da nação portugeza*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1901-1903

Albuquerque, Luís de – *O ‘Reino da Estupidez’ e a reforma pombalina*, Coimbra, Atlântida, 1975

Andrade, A. A. Banha de – *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982

Andrade, José Maria Dantas Pereira de – *Memoria para a historia do grande marquês de Pombal, no concernente à marinha: sendo a de guerra o principal objecto considerado*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1832

Astro da Lusitânia, nº 106, Lisboa, 1821

Aurélio, Diogo Pires – “Geografia e história dos saberes”, *Prelo*, nº 6, Lisboa, 1985, pp. 3-8

Ayres, Cristovam – *Historia orgânica e politica do exercito portugez (Provas)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910

Baker, Keith Michael – *Condorcet. From natural philosophy to social mathematics*, Chicago, The University of Chicago Press, 1975

Balbi, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d’Algarve*, 2 vols., Paris, Ed. Rey et Gravier, 1822

Berge, Claude – “Matemática e literatura: algumas novas interferências”, *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, nºs 7/8, Lisboa, 1989, pp. 46-52

Bobbio, Norberto e Bovero, Michelangelo – *Sociedad y Estado en la filosofía política moderna. El modelo iusnaturalista y el modelo hegeliano-marxiano*, Fondo de Cultura Económica, 1986

Braga, Teófilo – *Historia da universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa*, ts. III-IV, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1898-1902

Calatayud Arinero, Maria de los Angeles – *Catalogo de las expediciones y viages científicos españoles a America y Filipinas (siglos XVIII y XIX)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1984

Câmara, Benedita Cardoso – *Do agrarismo ao liberalismo. Francisco Soares Franco. Um pensamento crítico*, Lisboa, INIC, 1989

O Campeão Português, vol. III, nº XXXI, Lisboa, Fevereiro, 1821

Carvalho, Rómulo de – “As ciências exactas no tempo de Pombal”, in *Como interpretar Pombal?*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 215-232

----- - *A história natural em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, ICALP, 1987

----- - “O recurso a pessoal estrangeiro no tempo de Pombal”, in *O marquês de Pombal e o seu tempo*, Coimbra, Revista de História das Ideias, 1982, t. I, pp. 91-115

Castro, Zília Osório de – *História Cultural e Política de um vintista*, 2 vols, Lisboa, INIC, 1986

Cidade, Hernâni – *Cultura portuguesa*, vols. XI-XII, Lisboa, ENP, 1974

O Conimbricense, nºs 1243; 1244, Coimbra, 1865

Crépel, Pierre – “Condorcet, un mathématicien du social”, *La Recherche*, nº 207, Paris, 1989, pp. 248-249

Cruz, Lúcia – *Pina Manique e a universidade de Coimbra*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984

Cruzeiro, Maria Eduarda – “A reforma pombalina na história da universidade”, *Análise Social*, 3ª série, vol. XXIV, nº 100, Lisboa, 1988, pp. 165-210

Dhombres, Nicole e Jean – *Naissance d'un nouveau pouvoir: sciences et savants en France (1793-1824)*, Paris, Éditions Payot, 1989

Diário das cortes geraes, extraordinárias, e constituintes da nação portugueza, Lisboa, Imprensa Nacional, 1821-1822

Diário das cortes geraes e extraordinárias da nação portugueza, Lisboa, Imprensa Nacional, 1823

Diário do Governo, nºs 214; 267, Lisboa, 1835

Dias, J. S. da Silva – “Portugal e acultura europeia (sécs. XVI a XVIII)”, *Biblos*, vol. XXVIII, Universidade de Coimbra, 1952, pp. 203-498

Dias, Graça e J.S. da Silva – *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I. ts. I-II, Lisboa, INIC, 1980

Diccionario de historia de la ciência (dir. de W. F. Bynum, E.J. Browne e Roy Porter), Barcelona, Editorial Herder, 1986

Ehard, Jean – “História das ideias e história social em França no séc. XVIII. Reflexões de método”, in *Níveis de cultura e grupos sociais*, Lisboa, Edições Cosmos, 1974, pp. 217-238

O Espectador. Jornal semanário de literatura e crítica, nº 1, Lisboa, 1816

Estatutos da universidade de Coimbra (1772), Liv. III, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1972

Freire, Francisco de Castro – *Memoria histórica da faculdade de matemática*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872

Fronteira e Alorna (Marquês de) – *Memórias*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1986

Funchal, (Marquês do) - *O Conde de Linhares*, Lisboa, Ed. Autor, 1908

Gazeta de Lisboa, 1798; 1801; 1819; 1823; 1826

Gomes, Joaquim Ferreira – “Pombal e a reforma da universidade”, in *Como interpretar Pombal?*, Lisboa, Edições Brotéria, 1983, pp. 235-251

Gonçalves, J. Vicente – “Relações entre anastácio da Cunha e Monteiro da Rocha”, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, (cl. de ciências), t. XXI, 1976-1977

Gorjão, José Damásio Roussado – *Galeria dos deputados das cortes geraes e extraordinárias e constituintes da nação portugueza (instauradas em 26 de Janeiro de 1821)*, *Época I*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1822

Hautefort, Ch.-V. D' – *Coup-d'oei sur Lisbonne et Madrid en 1814, suivi d'une notice sur l'état modern des sciences mathématiques et physiques en Espagne*, Paris, Chez Delauny, 1820

Hazard, Paul – *Crise da consciência europeia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971, 2ª ed..

História e desenvolvimento da ciência em Portugal, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986

Irsay, Stephen d' – *Histoire des universités françaises et étrangères (du XVIIe siècle a 1860)*, t.II, Paris, Éditions August Picard, 1935

Julia, Dominique e Revel, Jacques (org.), *Les universités européennes du XVIIe au XVIIIe siècle. Histoire social des populations étudiantes*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1986

Kant, Emannuel – *Le conflit des faculties*, Paris, Jean Vrin, 1973, 3ª ed..

Khun, Thomas S. – *The structure of scientific revolutions*, Chicago, The University of Chicago Presse., 1970, 2ª ed.

Lemos, D. Francisco de – *Relação geral do estado da universidade (1777)*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1980

Lenoble, Robert – “La nature mathématique de d'Alembert et la mère nature de Diderot. L'euphorie newtonienne”, in *Esquisse d'une histoire de l'idée de nature*, Paris, Éditions Albin Michel, 1967

Marques, A. H. de Oliveira – *Dicionário de maçonaria*, 2 vols., Lisboa, Editorial Delta, 1986

Marques, Fernando Pereira – *Exército e sociedade em Portugal. No declínio do antigo regime e advento do liberalismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981

Motim Litterario, t. I, Lisboa, 1811

Nunes, Maria de Fátima – *O liberalismo português: ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*, Lisboa, INIC, 1988

----- - “Notas para o estudo do periodismo científico: ‘Annaes das sciencias, das artes e das letras’, *Cultura. História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, 1987, pp. 661-682

Osório, J. Pereira – “Sobre a história e desenvolvimento da astronomia em Portugal”, in *História e desenvolvimento da ciência em Portugal*, vol. I, pp. 11-142

Peeira, José Esteves – “A Ilustração em Portugal”, *Cultura. História e Filosofia*, vol. VI, Lisboa, 1987, pp. 187-194

----- - “Luzes”, in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Edições Alfa, 1985, pp. 404-406

----- - *O pensamento político em Portugal no séc. XVIII. António Ribeiro dos Santos*, 1983

Peset, José Luis – *La influencia del barbadiño en los saberes filosóficos españoles*, Sep. de Bracara Augusta, vol. XXVIII, Braga, 1974

Peset, Mariano e José Luis – *La universidad española (siglos XVIII y XIX)*, Madrid, Taurus, 1974

Queirós, Francisco Alberto Fortunato – “Annaes das sciencias das artes e das letras (Paris, 1818-1822)”, 2ª Part., *Revista de História*, vol. VI, Porto, 1985, pp. 227-252

Ramos, Luís A. de Oliveira – *Sob o signo das Luzes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988

Ribeiro, José Silvestre – *Historia dos estabelecimentos scientificos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, 18 vols. Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1871-1893

Rodrigues, José Francisco – “Cultura e ciência em Portugal no século das luzes. A obra matemática de José Anastácio da Cunha”, *Colóquio-Ciências*, nº 1, Lisboa, 1988, pp. 74-86

Ruders, Carl Israel – *Viagem em Portugal (1798-1802)*, Notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981

Salmon, Jean-Jacques – “A ciência na arena política”, *Revista de Ciência, tecnologia e sociedade*, nº 5, Lisboa, 1988, pp. 4-13

Santos, Clemente José dos – *Documentos para a historia da cortes geraes da nação portugueza*, t. I (1820-1825), Lisboa, Imprensa Nacional, 1883

Santos, Maria de Lurdes Costa Lima dos Santos – *Intelectuais portugueses na primeira metade de oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988

Serrão, Joaquim Veríssimo – *A universidade técnica de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1980

Serrão, Joel – “Cultura e ciência em Portugal no século das luzes. Evocação de José Anastácio da Cunha”, *Colóquio-Ciência*, nº1, Lisboa, 1988, pp. 70-73

Silva, Inocêncio Francisco da – “Biographia de Francisco Xavier Monteiro de Barros”, *Archivo Pittoresco*, vol.II, 1858-1859

Soriano, Simão José da Luz – *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, 1ª Época, ts. I, II; 3ª Época, ts. II, III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1879; 1881-1885

Stockel, Francisco de Borja Garção – *Ensaio histórico sobre a origem e progresos das mathematicas em Portugal*, Paris, Officina de P. N. Rongeron, 1819

Torgal, Luís Reis – *Universidade, conservadorismo e dinâmica de mudança nos primórdios do liberalismo em Portugal*, Coimbra (dactilografado), 1986

Torgal, Luis reis e Vargues, Isabel Nobre – *A revolução de 1820 e a instrução pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984

Verdelho, Telmo dos Santos – *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Coimbra, INIC, 1981

Vogel, Charles – *Le Portugal et ses colonies*, Paris, Guillaume et Ce, Libraires, 1860